



Diário Oficial

Defensoria Pública do Estado de Pernambuco

Edição Extraordinária

Ano II • Nº 18

Diário Eletrônico

Recife, quarta-feira, 23 de abril de 2025

Conselho Superior da Defensoria Pública

RESOLUÇÃO N° 02 DE 23 DE ABRIL DE 2025

EDITAL DE ELEIÇÃO PARA O CARGO DE CORREGEDOR(A)-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Regula a eleição para o cargo de Corregedor(a)-Geral da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco - biênio 2025/2027.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994 e pela Lei Complementar nº 124 de 02 de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 03 de 18 de janeiro de 2011, publicada no D.O.E. de 19 de janeiro de 2011, editada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública, que dispõe sobre eleições para escolha do(a) Corregedor(a)-Geral da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO a Resolução do CSDP n.º 09, de 10 de agosto de 2020, que estabelece o Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública de Pernambuco, e mais precisamente o art. 21, incisos VII e VIII deste diploma;

CONSIDERANDO a necessidade de ser nomeado(a) novo(a) Corregedor(a)-Geral para a Defensoria Pública do Estado, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução;

RESOLVE tornar público, para conhecimento de todos(as) os(as) interessados(as), que será realizada ELEIÇÃO PARA O CARGO DE CORREGEDOR(A)-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, a qual será disciplinada pelas normas do edital abaixo firmado.

NORMAS DO EDITAL:

Art. 1º. A eleição para o Cargo de Corregedor(a)-Geral da Defensoria Pública será realizada em sessão extraordinária do Conselho Superior da Defensoria Pública, que ocorrerá na Avenida Manoel Borba, nº 640, 4º Andar do Edifício Progresso, Bairro da Boa Vista, nesta Capital e, de forma virtual (videoconferência), por meio do aplicativo "Zoom".

Parágrafo único. A sessão ocorrerá às 10:00hs do dia 05 de maio de 2025, sendo facultado a cada candidato(a) fazer sustentação oral de suas propostas, pelo prazo de 15 minutos, antes do início da votação, sendo a ordem de apresentação definida por sorteio.

Art. 2º. Poderão somente concorrer à eleição os(as) Defensores(as) Públicos(as) integrantes da classe mais elevada da Carreira – categoria especial.

Art. 3º. Os(As) Defensores(as) Públicos(as) interessados(as) em concorrer ao cargo de Corregedor(a)-Geral deverão requerer sua inscrição ao Presidente do Conselho Superior, em 05 (cinco) dias corridos, contados da data da publicação deste edital de convocação, com prazo limite até 17h.

§ 1º. O Presidente do Conselho Superior, encerrado o prazo supracitado, tem até 02 (dois) dias corridos para decidir pelo deferimento ou indeferimento das inscrições.

§ 2º. Findo o prazo referido no parágrafo anterior, o Presidente do Conselho Superior publicará, dentro do prazo de 02 (dois) dias, no Diário Oficial, a relação nominal por ordem alfabética dos(as) Candidatos(as) aptos(as) a participarem do pleito.

Art. 4º. A impugnação da inscrição será formulada por escrito ao Presidente do Conselho Superior, no prazo de 02 (dois) dias, contados da publicação da relação dos(as) candidatos(as) considerados(as) aptos(as) à disputa.

Art. 5º. As impugnações e os indeferimentos de inscrições serão analisados e decididos, por maioria simples de votos, pelo pleno do Conselho Superior da Defensoria Pública, que será convocado para tal fim, no prazo de até 02 (dois) dias.

Art. 6º. Os incidentes ocorridos durante o transcorrer dos trabalhos de votação serão dirimidos pelo Conselho Superior, por maioria simples.

Art. 7º. Possuem capacidade eleitoral ativa os membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

Art. 8º. O voto é aberto e declarado pelo(a) Conselheiro(a), que poderá votar em até 3 (três) candidatos(as).

Art. 9º. A votação terá início pelos(as) Conselheiros(as) eleitos(as), do(a) mais novo(a) para o(a) mais velho(a), em seguida o Corregedor Geral, o Subdefensor Público-Geral Administrativo e Institucional e, por último, o Defensor Público-Geral.

Art. 10. O Presidente do Conselho Superior determinará à Secretaria que elabore 2 (duas) relações contendo os nomes dos(as) candidatos(as) aptos(as), em ordem alfabética, para apontamento dos votos à medida em que forem sendo declarados.

Art. 11. Instalada a Seção de Votação, o Presidente do Conselho dará início aos trabalhos, fazendo a entrega da relação com os nomes dos(as) candidatos(as) a 02 Conselheiros(as), que computarão os votos à medida que forem sendo declarados.

§ 1º. Havendo empate entre candidatos(as), o Presidente do Conselho dará voto de qualidade.

Art. 12. Concluído o processo de votação, o Presidente do Conselho Superior declarará os nomes dos(as) candidatos(as) que comporão a lista tríplice.

Art. 13. Formada a lista tríplice, o Defensor Público-Geral escolherá um(a) de seus integrantes para nomear o(a) Corregedor(a)-Geral da Defensoria Pública do Estado.

Art. 14. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Presidência do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS
PRESIDENTE DO CSDP

GABRIEL GONÇALVES LEITE
SECRETÁRIO-GERAL DO CSDP

MANOEL JERÔNIMO DE MELO NETO
CONSELHEIRO NATO – CORREGEDOR-GERAL

EDUARDO JOSÉ TASSARA TAVARES
CONSELHEIRO ELEITO

HENRIQUE DA FONTE ARAÚJO DE SOUZA
CONSELHEIRO ELEITO

JULIANA PARANHOS DE MELO
CONSELHEIRA ELEITA

DEBORA DA SILVA ANDRADE
CONSELHEIRA ELEITA

Para informações sobre como ser
atendido, acesse nosso site:



DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO



DPPE - Site

<http://www.defensoria.pe.def.br/>



DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
Henrique Costa da Veiga Seixas
1º SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO
Gabriel Gonçalves Leite
2º SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL JURÍDICA
Dandy de Carvalho Soares Pessoa
CORREGEDOR-GERAL
Manoel Jerônimo de Melo Neto
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Joaquim Fernandes Pereira da Silva

CHEFE DE GABINETE
João Duque Correia Lima Neto

SECRETÁRIA DE GABINETE
Fátima Maria Alcântara do Amaral Meira

SUBDEFENSOR CÍVEL E CRIMINAL DO INTERIOR
Rafael Bento de Lima Neto

SUBDEFENSOR DE CAUSAS COLETIVAS
Rafael Alcoforado Domingues

SUBDEFENSOR CÍVEL DA CAPITAL
José Fabricio Silva da Lima

SUBDEFENSOR CRIMINAL DA CAPITAL
José Wilker Rodrigues Neves

SUBDEFENSOR CÍVEL E CRIMINAL DA REGIÃO METROPOLITANA
José Inaldo Gonçalves Cavalcanti Júnior

SUBDEFENSORA DE EXECUÇÃO PENAL
Marília Tenório Cardoso

SUBDEFENSORA DE RECURSOS CÍVEIS E CRIMINAIS
Elizabete Aguiar da Fonseca

SUBDEFENSORA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO
Jeovana Carmen de Melo Colaço

Coordenadora da Unidade de Recursos Humanos
Ana Karla Vanderlei Cavalcanti Perez

Ouvidora-Geral
Liliana Maria Cabral de Barros

ASSESSORIA DE IMPRENSA
Dany Amorim

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

Endereço: Rua Marquês Amorim, nº 127,

bairro: Boa Vista, Recife-PE - CEP 50.070.330

Contato Telegram: (81) 994883026

e-mail: ascomdppe@defensoria.pe.gov.br

Instagram: @defensoriape

Facebook: Defensoria Pública do Estado de Pernambuco

Twitter: DefensoriaPE

www.defensoria.pe.def.br